

**EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.771 - RJ
(2018/0175225-8)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : CONSTRUTORA TENDA S/A
ADVOGADOS : RAFAEL ALBUQUERQUE BATISTA GOUVEIA - RJ134907
THIAGO JOSÉ HORA COSTA DA SILVA - RJ162174
GABRIEL BRANDÃO CABRAL DUTRA E OUTRO(S) - RJ186539
EMBARGADO : MAURO GOMES DA SILVA
ADVOGADOS : JOAQUIM GOMES DE ARAÚJO - RJ080888
FABIANA LOPES DE ARAÚJO E OUTRO(S) - RJ113281

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. INTEMPESTIVIDADE. ARTIGO 1.023, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

1. Intempestividade dos embargos de declaração opostos fora do prazo de cinco dias previsto no art. 1.023, caput, do Código de Processo Civil de 2015.

2. Embargos de declaração não conhecidos.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração, opostos por CONSTRUTORA TENDA S/A, contra decisão da Presidência desta Corte que não conheceu do agravo em recurso especial que interpusera.

À e-STJ Fl. 483, consta Certidão da Coordenadoria da Terceira Turma informando que o prazo para a interposição de recurso findou-se em 15/08/2018 e que a petição recursal foi protocolizada apenas em 16/11/2018.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Os embargos declaratórios não podem ser conhecidos.

Com efeito, os presentes aclaratórios são manifestamente intempestivos, esbarrando em óbice intransponível ao seu conhecimento.

Observa-se que a decisão embargada foi publicada em 08/08/2018

(e-STJ Fl. 461), havendo inclusive a interposição de agravo interno da parte contra tal *decisum*.

Nesse passo, a teor do artigo 1.023, *caput*, do Código de Processo Civil de 2015, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para oposição dos embargos de declaração findou-se em 15/08/2018.

Entretanto, a petição dos embargos apenas foi protocolizada no dia 16/11/2018 (e-STJ Fls. 480/482), ou seja, em muito ultrapassando o quinquídio legal.

Desse modo, inequívoca a intempestividade dos presentes embargos de declaração.

Destarte, o não conhecimento dos presentes aclaratórios é medida que se impõe.

Ante o exposto, não conheço dos embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator